

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AMADEUS JACOB FREITAS E SOUZA

A DERROCADA DOS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANOS:
uma análise crítica dos resultados propostos para a ALALC/ALADI e suas consequências

Uberlândia

2024

AMADEUS JACOB FREITAS E SOUZA

A DERROCADA DOS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANOS:
uma análise crítica dos resultados propostos para a ALALC/ALADI e suas consequências

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Relações
Internacionais.

Área de concentração: Relações Internacionais

Orientador: Clesio Marcelino de Jesus

Uberlândia

2024

AMADEUS JACOB FREITAS E SOUZA

A DERROCADA DOS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANOS:
uma análise crítica dos resultados propostos para a ALALC/ALADI e suas consequências

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Relações
Internacionais.

Área de concentração: Relações Internacionais

Uberlândia, 22/11/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Clésio Marcelino de Jesus, UFU/MG

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento, UFU/MG

Prof. Dr. Douglas Dias Braz, UNIFUCAMP/MG

RESUMO

O estudo tem o objetivo de analisar as iniciativas de integração experimentadas pela ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) e sua substituição pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), em 1980. Utilizando uma perspectiva crítica do desenvolvimentismo, a partir da Teoria Marxista da Dependência, e os reflexos do pensamento cepalino na realidade do subcontinente, pretende-se elucidar quais os motivos socioeconômicos que levaram ao fracasso dessas iniciativas. As vicissitudes que culminaram no fracasso das motivações integracionistas têm raízes econômico-estruturais somadas a decisões políticas instáveis, em geral. Em específico, busca-se analisar mais detidamente a forma com que essas iniciativas foram recebidas e assimiladas nas diferentes categorias de países latino-americanos e como a teoria marxista da dependência preenche certas lacunas do pensamento criador dessas organizações. Assim, por meio de revisão bibliográfica busca-se descrever o histórico integracionista e do pensamento cepalino, o contexto econômico da América Latina para então entender as raízes do fim da ALALC e da mera sobrevivência da ALADI. Obtém-se como resultado a condição de subimperialismo explicada pela Teoria Marxista da Dependência.

PALAVRAS-CHAVE: Integração Regional. CEPAL. América Latina. ALADI. Teoria Marxista da Dependência.

ABSTRACT

The study aims to analyze the integration initiatives undertaken by ALALC (Latin American Free Trade Association) and its replacement by ALADI (Latin American Integration Association) in 1980. Using a critical perspective of developmentalism, based on Marxist Dependency Theory, and the impact of ECLAC's thinking on the reality of the subcontinent, the study seeks to elucidate the socioeconomic reasons that led to the failure of these initiatives. The vicissitudes that culminated in the failure of integrationist motivations have economic-structural roots combined with unstable political decisions in general. Specifically, the study seeks to analyze in more detail the way in which these initiatives were received and assimilated in the different categories of Latin American countries and how Marxist dependency theory fills certain gaps in the creative thinking of these organizations. Thus, through a bibliographic review, we seek to describe the integrationist history and ECLAC thinking, the economic context of Latin America, and then understand the roots of the end of ALALC and the mere survival of ALADI. The result is the condition of subimperialism explained by the Marxist Dependency Theory.

KEYWORDS: Regional Integration. CEPAL. Latin America. ALADI. Marxist Dependency Theory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	BREVE HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA.....	7
2.1	O pensamento cepalino.....	7
2.2	A formalização da ALAC e mudança para ALADI.....	11
3	A ASSIMILAÇÃO DAS INICIATIVAS PELAS NAÇÕES LATINO-AMERICANAS.....	13
3.1	O variado perfil dos estados-membros da ALADI.....	15
3.1.1	Os grupos intra-ALADI.....	16
3.1.2	A divisão econômica dos Estados-membros por inserção no mercado regional e global.....	18
4	ANÁLISE DOS FATORES DA INTEGRAÇÃO.....	19
4.1	A conjuntura externa.....	19
4.2	As questões internas que contribuíram para a falta de sucesso na integração.....	21
4.3	Uma teoria e um diagnóstico.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS.....	31

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A DERROCADA DOS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANOS:
uma análise crítica dos resultados propostos para a ALALC/ALADI e suas
consequências**

Amadeus Jacob Freitas e Souza¹

Orientador: Clésio Marcelino de Jesus

1. INTRODUÇÃO

O processo de integração na América Latina, que se dá principalmente pelo âmbito econômico a partir do século XX, pode ser enxergado como uma resposta de nações economicamente pequenas ou médias em relação ao descompasso causado pelo desvantajoso espaço que esse subcontinente ocupa na produção de riqueza global. A partir disso, as tentativas de aproximação retratadas se farão em torno de tentar resolver problemas comuns às nações da região onde, no entanto, serão encontradas muitas assimetrias entre diagnóstico e objetivo, em especial quando se compara países de economia maior e países de economia menor.

Este trabalho busca responder a seguinte pergunta norteadora da pesquisa: Quais são os principais fatores estruturais e de concepção da ALALC/ALADI que levaram ao baixo alcance dos objetivos integradores propostos quando das suas respectivas elaborações? Busca-se entender tanto a formulação teórica cepalina como sua contraposição pela Teoria Marxista da Dependência para entender tanto os objetivos fundadores dessas organizações quanto o resultado socioeconômico encontrado desse período.

Para responder à problemática posta, estabelece-se a seguinte hipótese: a América Latina vive momentos oscilantes de integração, com objetivos que variavam a depender dos dirigentes no poder e da conjuntura externa, o que afetou as ideias no tratamento das relações intrarregionais; no entanto, desde os anos 1960 até os anos 2000, as alternativas não alteraram a estrutura comercialmente assimétrica do subcontinente.

A CEPAL se fundou sob um prisma de otimismo quanto a essas relações, mas o modelo econômico escolhido trouxe diferentes consequências aos membros das organizações envolvidas e as divergências internas levaram à inanição dos processos de integração como a

¹ Discente do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia

ALALC e a ALADI. Dessa forma, entende-se que a falta de coesão se dá, de um lado, pela assincronia política e econômica entre as nações e por uma teoria fundante cepalina que, de acordo com a crítica pela perspectiva da Teoria Marxista da Dependência, implementou medidas que não alteraram essa realidade descompassada.

A presente pesquisa justifica sua motivação a partir da observação de ciclos de continuidade e descontinuidade que refletem na história do subcontinente: ora se voltam para um objetivo comum de integração, ora as crises econômico-políticas internas tomam toda a agenda política e a intenção de aproximação é deixada para segundo plano. Um evento multidimensional e geral, cujas consequências afetam tanto a política externa quanto a estrutura interna, requer um olhar atento de como se dão essas oscilações, tanto em relação a seus mecanismos institucionais quanto a revisões de pensamento, bibliografia e da própria teoria econômica posta. Para isso, propõe-se que entender os reveses do regionalismo na América do Sul significa entender, também, a dinâmica das relações traçadas, continuadas e rompidas ao longo da história.

Em virtude disso, divide-se a investigação em três partes. Na primeira, busca-se enunciar o pensamento cepalino, descrevendo breve histórico de como essa comissão econômica se traduziu no entendimento da importância do regionalismo pela ALALC, e posteriormente, pela ALADI. Em seguida, a segunda parte abordará os impactos e os descompassos econômicos dos países-membros. Essa análise foi dividida em dois grupos: os países de maior peso no comércio total da América Latina e países de menor peso, uma vez que seus comportamentos e resultados econômicos são mais claramente entendidos a partir dessa separação. Por fim, a terceira parte realiza a análise crítica desses resultados da organização que buscou unir o subcontinente, pela ótica da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Quanto aos aspectos metodológicos, no que tange à abordagem, esta segue o modelo hipotético-dedutivo. Adota-se como método de análise dos objetivos os procedimentos (i) descritivo, especialmente para apresentar a teoria cepalina de desenvolvimento e apontar como ela se insere no contexto; (ii) histórico, uma vez que foi realizado um resgate do momento em que se iniciam os processos fundacionais tanto da ALALC quanto da ALADI, (iii) e explicativo, pois busca-se não só identificar causas e consequências desses processos como também promover uma análise crítica da teoria e da forma com que as medidas foram incorporadas nos países-membros. Por fim, os procedimentos adotados para o desenvolvimento do texto são em sua maioria bibliográficos, com fontes tanto primárias, provenientes de acordos e pesquisas dessas próprias organizações, quanto secundárias.

2. BREVE HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

2.1 O PENSAMENTO CEPALINO

Criada em 1948 por aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) representou, no momento de sua criação, uma forma de resposta aos protestos dos países latino-americanos, que não foram contemplados pelos planos de assistência econômica financiados pelos Estados Unidos no contexto da Conferência de Bretton Woods, em 1944, auxílio este que ficou voltado às nações asiáticas e europeias como estratégia econômica no período após a Segunda Guerra Mundial (ESTEVES, 2008).

Apesar dos protestos estadunidenses quanto à Comissão, pois os Estados Unidos da América (EUA) defendiam que projetos do tipo deveriam estar somente dentro da competência da Organização dos Estados Americanos (OEA), e não da ONU. A CEPAL formalizou-se como instituição em 25 de fevereiro de 1948, com 26 países, inicialmente, sendo parte de sua composição, na capital chilena, Santiago, por ter sido o país formulador da proposta de criação da Comissão. Tendo em seu *staff* importantes economistas, como Raúl Prebisch (argentino) e Celso Furtado (brasileiro), ambicionava-se estabelecer um estudo sistemático da condição econômica latino-americana para auxiliar governos na adoção de políticas com objetivo de efetivamente destravar e desenvolver o comércio intrarregional como forma de “emancipar” o subcontinente da circunstância de dependência econômica dos países centrais, principalmente da importação de bens industrializados (FURTADO, 1997; ESTEVES, 2008).

Nesses termos, o movimento pela integração dentro da comissão começa a se estruturar de forma mais concreta, quase dez anos após sua elaboração, em 1957, com a elaboração de um estudo que idealizava um Mercado Comum latino-americano como via para o desenvolvimento e dinamismo da região a partir da complementaridade econômica, estudo intitulado "*Estudio económico de América Latina 1957 e O Mercado Comum Latino-Americano*" (CEPAL, 1957).

Até então, e por toda a primeira metade do século em questão, o comércio internacional apoiava-se nas vantagens comparativas de especialização da produção, o que beneficia, naturalmente, aqueles que se especializam em produção de industrializados, de maior valor agregado, enquanto os países exportadores de matérias primas ficam constantemente em “débito” por venderem principalmente produtos de baixo valor agregado cujo valor não aumenta na mesma proporção dos produtos industrializados (CARDOSO, 1993).

Além disso, os produtos de baixo valor agregado estão constantemente sujeitos maiores oscilações e tendências de baixas devido a variação de preço no mercado internacional, levando a constantes crises econômicas nos países que dependem de bens agrícolas. Acrescenta-se que tais produtos nesses países pela própria estrutura latifundiária, são produzidos em monocultura especializada, deixando as nações agroexportadoras cada vez mais vulneráveis à variação de preço de poucos produtos. O descompasso entre os preços internacionais de matérias-primas e produtos agrícolas em relação ao preço dos produtos industrializados integra o conceito estabelecido por Prebisch (1986) de deterioração dos termos de troca. Dessa maneira, os estudos da CEPAL buscavam averiguar de que forma os países latino-americanos poderiam alterar essa lógica e obter mais ganhos em suas trocas comerciais (ESTEVES, 2008; PREBISCH, 1986).

Como resultado, o diagnóstico cepalino enxergou na deterioração dos termos de troca o grande gerador dos problemas econômicos na região e na industrialização o melhor incentivo para livrar o subcontinente dessa condição dependente, a ser colocada em vigor a partir do modelo de substituição de importações. Essa ótica, adotado pela CEPAL, entendia que a especialização econômica em produtos primários (produtos de baixo valor agregado, baixa elasticidade-demanda dos países centrais, dependentes do valor estipulado no comércio internacional e, dessa maneira, vulneráveis à conjuntura externa) determinava crescimento bruto constantemente baixo, sem ganhos de produtividade, com parco desenvolvimento tecnológico e deterioração dos termos de troca (TAVARES, 2000; PREBISCH, 1973).

Essa deterioração advinha da necessidade de importar produtos de alto valor agregado - bens industrializados, uma vez que a indústria interna à época era incipiente - para conseguir suprir a demanda interna e exportar produtos de baixo valor, matérias primas e alimentos, gerando uma conta que não se liquida e deixa a situação das contas nacionais do país, em específico as transações correntes, em constante débito, avolumando também a dívida externa. Esse contexto, somado a uma conjuntura de crise internacional causada pela diminuição da demanda de café - no caso do Brasil - reflexo da situação econômica pós Segunda Guerra Mundial, deixou cada vez mais claro aos países latino-americanos que a grande dependência por importações se tornava insustentável. Dessa forma, a solução encontrada pela Comissão, com discussões encabeçadas por Raúl Prebisch, na Argentina, e Celso Furtado, no Brasil, foi a proposição de substituir as importações pela produção interna, por meio da industrialização (TAVARES, 2000; PREBISCH, 1973).

Esse novo modelo de desenvolvimento, voltado “para dentro” utilizaria a capacidade existente dos recursos para substituir uma parte dos bens que eram antes importados e, em seguida, por meio de uma realocação de divisas, as importações seriam compostas,

principalmente, de bens de capital e insumos para o desenvolvimento industrial. Assim, a industrialização se daria a curto prazo buscando produzir bens de consumo não duráveis (têxteis, vestuário, alimentos, bebidas) e, a médio e longo prazo, bens de consumo durável, bens intermediários e bens de capital. A estrutura seria orientada principalmente pela pauta de produtos importados que os países demandavam, para que esse déficit (baixo valor agregado das exportações para pagar o alto valor agregado das importações) diminuísse e, assim, houvesse a promoção do desenvolvimento no continente (TAVARES, 2000; PREBISCH, 1973).

Uma problemática significativa, porém, derivava desse objetivo: a promoção desse desenvolvimento interno poderia privilegiar os países que já se encontravam em algum nível de evolução pelo tamanho de suas economias, sendo o caso do México, Brasil, Argentina e Chile, o que prejudicaria e levaria a uma dependência ainda mais profunda das nações de economias menores, as quais se especializariam, então regionalmente, como fornecedores de bens primários para essas economias. Apesar da ciência desse risco, decidiu-se por incentivar esse modelo de industrialização, e, também, seguir adiante com o objetivo de integração, uma vez que se entendeu que as vantagens da integração regional superariam esses possíveis danos (ESTEVEZ, 2008).

A elaboração de um projeto de integração teve início em 1959, com o objetivo do mercado comum para a região, levando em consideração as disparidades existentes na variada condição econômica dos membros da Comissão, concedendo um tratamento prioritário ao garantir a reciprocidade quanto à expansão da industrialização - o que reduziria assimetrias intrarregionais, com base na complementaridade econômica. Essa proposta tinha como fim romper com o baixo crescimento produtivo e falta de dinamismo vigente a partir da expansão do mercado consumidor (intrarregional) e ampliação do escopo de produtos, o que levaria ao aumento da produção, dinamização da industrialização e, assim, ao crescimento econômico da região. Dessa maneira, a integração se torna uma estratégia para alavancar o desenvolvimento por meio da industrialização e da complementaridade das economias da região (ESTEVEZ, 2008; MACEDO, FILIPPI, 2021).

Ainda, nesse contexto, a integração dessas nações poderia contribuir com maior poder de barganha dos países da região ao negociar com os países centrais e outras instituições. Para que isso ocorresse, era também um objetivo estabelecer uma política comum dos países latino-americanos para com as nações industrializadas. Por que isso era considerado importante à época e como isso se traduziria em ações dentro da CEPAL? Pela maior parte da primeira metade do século aqui em análise, o mercado internacional regulava-se pelas vantagens

comparativas, ou seja, com enfoque na especialização de produção, o que beneficia aquelas nações que se especializaram em produtos industrializados, de maior valor agregado e com ganhos de produtividade, o que não se refere a realidade dos países da América Latina, cuja especialização se deu com as matérias-primas e manufaturas (ESTEVEES, 2008).

A partir desse diagnóstico, realizado após os estudos e publicações dos primeiros anos da CEPAL, entendeu-se que essa integração com objetivo do desenvolvimento pela industrialização e complementaridade se daria por meio da formação de um mercado comum, com tratamento diferenciado às nações mais vulneráveis, como forma de equilibrar as diferenças entre as economias do subcontinente. Desse modo, a integração, na visão da CEPAL, ampliaria o mercado consumidor e expandiria a diversificação e trocas extra e intrarregionais (ESTEVEES, 2008).

Faz-se necessário apontar, no entanto, as limitações do plano, entendidas mesmo antes da sua consolidação. No sentido econômico, apesar das vantagens, a integração não seria suficiente para reorientar economicamente a região, pois existiam diversas barreiras estruturais, quais sejam: as prioridades que cada país destinava a cada recurso, falta de mecanismos financeiros, atrasos em economias que eram em suma rurais, com estruturas produtivas rudimentares e parques industriais praticamente inexistentes, além da significativa desigualdade social, baixa mobilidade social e a reduzida capacidade de investimentos por parte dos Estados nacionais (ESTEVEES, 2008; MACEDO, FILIPPI, 2021).

Soma-se a esse quadro o escasso potencial de absorção da produção pela falta de mercados consumidores e produtores locais, realidade esta que poderia se agravar no contexto objetivado de investimentos industriais diversificados. Porém, isso poderia ser contornado, conforme faziam acreditar os estudos feitos pela CEPAL, os quais concebiam que tais obstáculos seriam solucionados pela integração de economias de diferentes realidades e estágios de evolução, o que correspondia à condição verificada na região (ESTEVEES, 2008; MACEDO, FILIPPI, 2021).

Então, no modelo proposto de mercado comum pelos citados economistas seriam estabelecidas metas a serem atingidas por etapas, buscando incluir os variados recortes econômicos para adaptarem sua estrutura produtiva à nova realidade. Ou seja, o processo de integração também incluía um processo de cooperação e reestruturação das economias da região. A primeira dessas etapas consistiria na formação de uma “zona preferencial”, com acordos que implantaram redução gradativa de tarifas alfandegárias, as quais seriam abolidas ou não de acordo com o desenvolvimento econômico de cada país, contando também com uma ressalva pela “cláusula de salvaguarda”, a qual impunha limites quando determinadas atividades

produtivas poderiam resultar, se alteradas, em um desequilíbrio no balanço de pagamentos (DALIO, 2016). A cada etapa essas negociações seriam avaliadas e intensificadas a partir da análise dos seus resultados e em prol do mercado comum (FURTADO, 1976).

O planejamento, que era essencialmente econômico, foi, no entanto, pouco apoiado politicamente. O que, segundo Prebisch, foi um dos fatores que levaram ao insucesso do processo integrador: a falta de uma coesão política dos países em torno do movimento pela integração, com apoios que duravam apenas um governo e, com a entrada de um novo presidente, tal projeto era preterido em favor de outros interesses que pareciam ser mais urgentes (ESTEVES, 2008).

2.2 A FORMALIZAÇÃO DA ALALC E MUDANÇA PARA ALADI

Foram realizadas oito conferências, entre 1948 e 1960, entre comitês da organização, os países do Cone Sul, sendo Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, e países da chamada “região grã-colombiana” quais sejam Colômbia, Peru, Equador e Venezuela, além de reuniões com burocracias estatais e entidades corporativas dos países-membros para que se chegasse à assinatura do Tratado de Montevideu I, em 1960, o qual formalizou a criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), sendo a primeira, e até então a mais importante, iniciativa pela integração dentro da América Latina. Reunia Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e México e propunha como objetivo o estabelecimento de uma zona de livre comércio para acrescentar ao comércio intrarregional (DALIO, 2016).

A organização seguia em suas cláusulas fundantes o reconhecimento da reciprocidade entre as suas partes, conhecida pela cláusula da “nação mais favorecida”. Nela, um país tornava-se obrigado a estender aos demais membros qualquer vantagem ou privilégio que tenha sido firmado com um dos membros da organização. Tinha como objetivo, em específico, acelerar o desenvolvimento econômico da região a partir do aumento de mercados e aplicação de planos econômicos específicos à realidade latino-americana. Essas mudanças deveriam ser incorporadas com parcimônia e de forma gradual para que, aos poucos, as negociações intrarregionais se tornassem cada vez mais próximas de um mercado comum. A Zona de Livre-comércio deveria ser estabelecida em até 12 anos a partir de negociações a serem feitas periodicamente, dando o devido tempo de adaptação das diversas economias ao novo cenário e

promover a complementaridade de economias, conforme era planejado pela CEPAL (ESTEVEES, 2008; MACEDO, FILIPPI, 2021).

No entanto, as suas cláusulas levariam a um “esfriamento” da iniciativa, uma vez que em seu próprio regulamento constava permissão de agrupamentos regionais, abrindo espaço para maior atuação do que viria a ser, anos depois, a Comunidade Andina e o Mercosul, com objetivos mais ambiciosos que a ALALC oferecia. Concretamente, seu insucesso é dado por uma impossibilidade de superar aquelas divergências existentes entre os países, o que atravancou a unidade de suas economias. Ainda, alguns países não priorizam reduções de tarifas de forma efetiva, fazendo com que as formas de diminuir as assimetrias de mercado e capacidades entre os países não fossem de fato postas em prática (ESTEVEES, 2008; MACEDO, FILIPPI, 2021).

Para além dessas disparidades econômicas, é importante notar que os países estabeleceram objetivos diferentes para com a ALALC e sua participação dentro dela, o que será destrinchado no tópico seguinte. Em resumo, enquanto alguns países se satisfaziam com as expansões de suas exportações, outros, menores, buscavam medidas não comerciais para alavancarem sua indústria. Destarte, a ALALC não se tornou o que seu nome prenunciava e ficou limitada a uma zona de preferências comerciais de produtos específicos (ESTEVEES, 2008; MACEDO, FILIPPI, 2021).

Por sua vez, o fracasso na consolidação da ALALC e a busca por integração na América Latina levou à criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), significou um ponto de reestruturação dos objetivos de integração do subcontinente. Formalizado em um novo Tratado de Montevideu, em 1980, estabeleceu como meta de longo prazo a organização de um mercado comum de forma gradual e progressiva a partir dos princípios de solidariedade e cooperação, mas, diferentemente da iniciativa anterior, avançaria conforme as vantagens que os países definissem, aos poucos, e não com a imposição de metas de longo prazo determinadas anteriormente. Mantinha, ainda, os objetivos cepalinos de desenvolvimento regional a partir da integração econômica (DATHEIN, 2005).

Porém, os anos 1980 trouxeram consigo um grande período de crise econômica para a região, o que prejudicou a nova tentativa de fomentar a cooperação regional uma vez que os governos se voltavam para dentro para ajustarem suas próprias economias. Do meio para o fim da década, houve uma tentativa de retorno à preocupação regional, no entanto, com mais ênfase em acordos de ordem sub-regional, principalmente entre Brasil e Argentina, a revitalização do Grupo Andino e, no início da década de 1990, o MERCOSUL (ESTEVEES, 2008; DATHEIN, 2005).

É importante ressaltar que a ALADI permanece vigente, lutando contra sua estagnação, porém com um enfoque que é, sobretudo, comercial, sem maiores esforços para pareamento de políticas econômicas, integrações funcionais ou cooperativas no sentido industrial, ou social, não há uma taxa externa comum nem metas específicas. Dessa maneira, leva à compreensão que a organização continua existindo dada a enorme flexibilidade adotada, em detrimento a propostas integrativas mais arrojadas (MACEDO, FILIPPI, 2021).

3. A ASSIMILAÇÃO DAS INICIATIVAS PELAS NAÇÕES LATINO-AMERICANAS

Considerando as assimetrias econômicas entre os Estados Membros, ressaltadas no estudo do IPEA (CASTILHO, 2012), como uma das causas de maior peso para a dissolução prematura da ALALC e reformulação, posteriormente, por meio da ALADI, uma das estratégias dessa reorganização foi categorizar os países membros em três tipos classificatórios: os países de menor desenvolvimento econômico, considerando aqui o Produto Interno Bruto (PIB) dos países, composto por Paraguai, Bolívia e Equador; os países de desenvolvimento intermediário, formado por Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela e Chile; e o último, formado pelos países de maior desenvolvimento, cujos membros eram Brasil, Argentina e México. Ao estruturar dessa forma, concebendo a heterogeneidade econômica como referencial para as decisões e métodos econômicos a serem aplicados, isto é, adotando formas de compensação e projetos de reestruturação e industrialização para os países de menor PIB, entendia-se que a grande questão das assimetrias poderia ser controlada.

Conformando esses países, e pensando o movimento integrador como iniciado pela ALALC em 1960, percebe-se que esta foi uma década de crescimento contínuo, ainda que brando, das transações comerciais intrarregionais, estimuladas não só pela ALALC mas também pelo Pacto Andino. A ALALC, porém, logo mostrou falhas internas percebidas principalmente pelos países menores que viram o grande custo dos compromissos de reciprocidade envolvidos, envolvendo taxas de troca que não eram favoráveis - que logo se organizaram no Grupo Andino, reunindo esses países - e, somando-se a isso, vieram as questões externas. (CASTILHO, 2012).

Não foi passível de qualquer controle, no entanto, as sucessivas crises econômicas que representaram o cenário do primeiro momento de iniciativa integradora, com a ALALC. As duas crises do petróleo, nos anos 1973 e 1979, respectivamente, alteraram a dinâmica

econômica mundial e, assim, reverberaram na estrutura macroeconômica de todos os países da América Latina. Com o preço do petróleo subindo a mais de 400% na primeira das crises, devido a uma ação conjunta dos países árabes membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em resposta a guerra do Yom Kippur, e mais de 1000% na segunda, impondo significativa queda da produção dos países industrializados conforme objetivo da OPEP, a consequência aos países latino-americanos viria na diminuição das exportações a esses países e, ainda, pela diminuição da liquidez internacional, os fluxos de investimento nos países em desenvolvimento reduziria drasticamente devido a crise de produção nas indústrias, altamente dependentes de petróleo (CASTILHO, 2012; CARDOSO, 1990).

Isso impactou negativamente as estratégias para o desenvolvimento da região, que agora se via imersa em um quadro de aumento de restrições no comércio exterior, escassos investimentos e financiamentos, taxas de juros exorbitantes e endividamento crescente, o que praticamente anulava a possibilidade de alargamento e diversificação de exportações para itens de algum nível de industrialização ou bens intermediários; impossibilitando, também, internamente, o fluxo de exportações de países de economia pequena e média da região latina a ser importada pelos países de economia de maior peso da região (Argentina, Brasil e México) (CASTILHO, 2012; CARDOSO, 1990). Nas palavras de Eliane Cardoso:

O endividamento crescente e a deterioração da política doméstica em um ambiente externo difícil marcaram a experiência pós-choque do petróleo. Este período presenciou a expansão do "monetarismo global" na tentativa de reduzir a inflação nos países do Cone Sul, às expensas da apreciação real da taxa de câmbio e de um aumento substancial do endividamento externo (CARDOSO, 1990, p.311).

Nesse contexto de intensificação da desordem econômica regional e interna de cada país membro da iniciativa integradora, as incertezas para o comércio intra e inter-regional se somaram às instabilidades políticas internas e resultaram no enfraquecimento da ideia inicial, a qual voltaria a ser colocada em pauta a partir dos anos 1990. Até lá, porém, as preocupações econômicas levaram a um "esquecimento" temporário, quando cada país destinaria seus maiores esforços para questões internas, nas soluções emergenciais de suas respectivas crises (CASTILHO, 2012).

Nos anos 1980, quando da criação da ALADI, seus países membros enfrentavam o agravamento da crise da dívida externa, levando a um balanço de pagamentos deficitário. Na esfera regional, via-se perda de força do comércio intrarregional, com elevado déficit nas exportações dentro da região com, no entanto, um crescimento das importações intrarregionais,

ainda que de forma tímida ao considerar as décadas anteriores. Os países latino-americanos procuravam, assim, priorizar o comércio com outras regiões buscando obter saldos comerciais que contribuíssem no equilíbrio de pagamentos externos. Essa priorização deu pouco movimento ao comércio intrarregional, que só voltou a ser considerado com mais atenção na década seguinte. Porém, é importante notar, ainda, que da metade da década para frente, a adoção da liberalização comercial por grande parte dos países da região promoveu um crescimento das importações que, apesar de trazer déficit da balança comercial, elevou o crescimento de trocas intrarregionais que se manteria, e aumentaria, na próxima década (CASTILHO, 2012).

Na década seguinte, de 1990, o subcontinente viveu uma revisão do pensamento cepalino, com adoção do regionalismo aberto e a incorporação do progresso técnico ao processo produtivo em sua estratégia, o que viria a contribuir e fortalecer também iniciativas sub-regionais, como o Mercosul e a Comunidade Andina. O Mercosul, ainda, traz em seu texto constitutivo - Tratado de Assunção e, depois, Protocolo de Ouro Preto - a preocupação com a cooperação ambiental, inexistente até então em acordos regionais. Intrarregionalmente, o comércio nos anos 1990 manteve-se elevado por essas iniciativas sub-regionais, que serão analisadas de forma mais detida em tópico seguinte.

3.1 O VARIADO PERFIL DOS ESTADOS-MEMBROS DA ALADI

Existem duas correntes de pensamento principais que avaliam a importância do processo integrador regional, com diferentes visões sobre seus objetivos e ações de governos. Motta Veiga (1992) divide essas perspectivas entre a comercialista e a industrialista. A primeira daria mais peso à liberalização do comércio, e dessa forma os governos mobilizaram mais as políticas comerciais e cambiais. A segunda, a perspectiva industrialista, teria como foco outras políticas econômicas, como a tecnológica, fomentando a reestruturação da produção interna com foco na industrialização de fato. Na prática, os acordos da ALADI tendem a se aproximar da primeira visão, apesar de contrastar com a visão cepalina, industrialista (MOTTA VEIGA, 1992 apud CASTILHO, 2012).

A ALADI acabou dando mais ênfase na liberalização do comércio e pouca atenção foi dada para criação de políticas que buscassem alterar o paradigma do processo produtivo pela via da industrialização. Além disso, o enfoque dado contribuiu também para uma distribuição desigual dos lucros dessa integração. Os países que mais se beneficiaram da integração foram

os de maior porte. Ainda, na pesquisa de Castilho (2012), realizada no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de todos os países da América Latina, apenas Argentina, México, Brasil e Bolívia eram superavitários em comércio regional no ano de 2009, enquanto os países menores do bloco se encontravam sistematicamente em déficit.

Ou seja, por um lado, os ganhos de integração produtiva dinamizaram a economia dos países maiores, que venderiam produtos manufaturados aos menores e comprariam deles insumos e produtos inacabados. Dessa forma, a assimetria existente na dinâmica global se repetiria em menor escala na ordem regional e os ganhos advindos dessas trocas estariam se distribuindo apenas aos países de maior porte. Para esses países, a integração foi favorável ao oferecer mercado para bens de maior valor agregado que, frente ao comércio global, teriam pouca competitividade (CASTILHO, 2012).

3.1.1. Os grupos intra-Aladi

Em diagnóstico fornecido na pesquisa do IPEA realizada por Marta Castilho (2012), tem-se que, desde os anos 1960, Argentina e Brasil são os países com maior peso nas exportações da região, favorecendo o superávit de suas economias, já que o fluxo de importações da região para esses países é menor. Em terceiro lugar está o México, que também apresenta esse superávit (CASTILHO, 2012).

Integra a segunda categoria os países de tamanho médio, nos termos econômicos aqui tratados. Esses são representados por Chile e Venezuela, os quais importam do bloco mais que exportam, por estarem inseridos em economias especializadas na exportação de produtos minerais - que têm mercado estabelecido fora do bloco - e comprem regionalmente bens industriais, levando a uma relação deficitária para com o bloco (CASTILHO, 2012).

Por último, os países de tamanho menor em proporção de riqueza econômica são o restante dos países andinos (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), Uruguai e Paraguai. Esses, além de terem um peso significativamente menor nos fluxos econômicos da região, também apresentam os maiores déficits comerciais dentro do conjunto de países da Aladi. São exportadores de recursos naturais e ainda concorrem entre si, sendo ainda mais necessário compradores fora do âmbito do grupo (CASTILHO, 2012).

A Tabela 1 apresenta as participações no comércio internacional a partir dos números de exportações e importações pelos países-membros da Aladi. Nela, é possível notar que as trocas comerciais intrabloco para Uruguai, Paraguai e Bolívia englobam uma fatia maior de mercado desses países do que, por exemplo, Brasil e Argentina, que têm mercados mais

diversificados, e México, que prioriza suas trocas comerciais com a América do Norte. Dessa maneira, é possível entender o peso que as trocas intrarregionais têm para cada país.

Gráfico 1: Peso dos países membros no comércio intra-Aladi (2009)

Peso da Aladi no comércio exterior dos países-membros – 2009
(Em US\$ milhões)

	Importações			Exportações			Comércio total		
	Aladi	Total	%	Aladi	Total	%	Aladi	Total	%
Bolívia	2.511	4.409	57,0	3.104	5.297	58,6	5.615	9.706	57,9
Paraguai	3.376	6.940	48,6	2.196	3.167	69,3	5.572	10.107	55,1
Uruguai	3.883	6.907	56,2	2.026	5.386	37,6	5.909	12.292	48,1
Argentina	15.248	40.259	37,9	22.887	55.669	41,1	38.135	95.928	39,8
Equador	4.682	15.093	31,0	3.265	13.724	23,8	7.946	28.818	27,6
Colômbia	8.263	32.774	25,2	7.903	32.672	24,2	16.167	65.446	24,7
Peru	7.071	21.870	32,3	3.762	26.738	14,1	10.834	48.608	22,3
Chile	12.348	42.427	29,1	8.183	53.732	15,2	20.530	96.159	21,4
Brasil	21.831	127.444	17,1	29.620	152.995	19,4	51.450	280.438	18,3
Venezuela	12.916	38.677	33,4	854	56.551	1,5	13.770	95.228	14,5
México	8.120	234.385	3,5	9.828	229.712	4,3	17.948	464.097	3,9

Fonte: Comtrade; Elaboração: Castilho (2012).

É importante diferenciar também o peso que o bloco tem para cada país. Pois, embora seja expressiva a participação do Brasil nos fluxos comerciais, por exemplo, o peso do bloco é muito mais relevante, em termos percentuais, para a economia da Bolívia, tanto para importações quanto para exportações. Depois, entram Paraguai, Uruguai e Argentina, membros do Mercosul. Os outros, Brasil, Venezuela e México, tem uma diversificação maior de compradores geograficamente, no caso do Brasil, ou muito específica para um comprador, como no caso do México para com os Estados Unidos, ou ainda, muito especializado em um produto que não é absorvido regionalmente, como a Venezuela e o petróleo (CASTILHO, 2012).

Ainda assim, os países de maior porte econômico apresentam superávits comerciais que em muito superam os de economias menores, sem haver um tratamento de equiparação ou diferenciação que dê conta de alterar essa estrutura. Esse tema, envolvendo as tentativas de crescimento das economias menores do grupo, é recorrente, mas permanece sem meios de solução mais concretos.

3.1.2. A divisão econômica dos Estados-membros por inserção no mercado regional e global

Quanto à estrutura setorial desses países, aqueles de maior participação superavitária na economia intrarregional também são, conseqüentemente, os que têm a industrialização mais desenvolvida. É o caso do México, Brasil e Argentina. O peso das indústrias no México em seu PIB é o maior entre os três, principalmente pelas maquiladoras². A estrutura brasileira tem uma representação industrial um pouco menor, mas se aproxima no número de exportações de produtos de maior valor agregado. Em terceiro lugar, a Argentina mantém uma indústria mais tradicional, mais especializada no ramo alimentício. Porém, ainda que o peso industrial no PIB da Venezuela e da Bolívia seja significativo, as exportações de produtos manufaturados são baixas, o que se explica pela indústria ser prioritariamente de caráter extrativista nesses países. Já os demais países apresentam características mais heterogêneas (CASTILHO, 2012).

Por se encontrarem em condição deficitária na maioria das vezes, os países de menor desenvolvimento industrial recebem menos vantagens da condição promovida pela ALADI às maiores economias. No diagnóstico do IPEA feito por Martha Castilho, a autora vê como possibilidade para contribuir mais com os países menores a integração produtiva, com mais efeitos dinamizadores da economia e maior distribuição das vantagens e ganhos econômicos (CASTILHO, 2012).

A partir dessa percepção, tem-se que os países-membros da ALADI conformam uma estrutura que se especializa na exportação prioritariamente de recursos naturais, mas, intrarregionalmente, há uma abertura para venda de produtos com maior grau de valor agregado, o que oferece um mercado de consumidor, mesmo que em menor quantidade, para os países que possuem um parque industrial mais maduro. Os países que acabaram por aproveitar melhor essa condição foram México, Brasil, Argentina e Colômbia (CASTILHO, 2012).

Além disso, é perceptível a ainda baixa integração dos membros regionais às cadeias globais de valor³. O que acontece localmente entre os países de maior industrialização e os de

² As maquiladoras são empresas que realizam o processo de manufatura parcial de um bem, como fábricas de encaixe, manufaturas ou serviços que atuam transformando, reparando ou elaborando uma mercadoria que tem procedência no exterior. Após esse processo, essas mercadorias são exportadas principalmente para os Estados Unidos (ESPOSITO, 2013).

³ Compreende as diferentes etapas do ciclo de produção de bens e serviços, indo desde a criação do produto até a entrega ao consumidor. Esse processo se torna cada vez mais fragmentado e complexo à medida em que o fluxo produtivo se expande em uma gestão global da cadeia de suprimentos, com participação de um número cada vez maior de empresas em diferentes etapas do processo (ZHANG, 2014).

baixa dentro da Aladi é o que ocorre em maior escala, em dimensão global, entre a América do Sul/Latina e as regiões mais centrais economicamente (América do Norte e Europa Central).

4. ANÁLISE DOS FATORES DA INTEGRAÇÃO

4.1 A CONJUNTURA EXTERNA

Desde a formação do pensamento cepalino até a elaboração mais concreta de organizações para a América Latina como a ALADI, houve clara indisposição dos países centrais, principalmente dos Estados Unidos, uma vez que essas medidas se colocavam em uma dimensão oposta aos objetivos e políticas dos Estados Unidos para com a América Latina, politicamente por meio da Organização de Estados Americanos (OEA) e economicamente com a missão de implementar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Essa organização sintetizava uma oportunidade de consolidar nas Américas o poderio americano. Do ponto de vista econômico, ela possibilitaria a livre circulação de bens, serviços e capitais, sem, no entanto, permitir a livre circulação de pessoas. O objetivo era que, gradualmente, o dólar se tornasse a moeda hemisférica, cujo controle se manteria exclusivamente na mão dos Estados Unidos - aqui, em contraponto com o euro, que tem controle coletivo dos membros da União Europeia (SANTIAGO, 2017).

Logicamente, a reação dos Estados Unidos é coerente com sua política externa, na medida em que o pensamento cepalino buscava uma alternativa ao desenvolvimento das nações latino-americanas e enxergava na nação estadunidense a causa central do desequilíbrio estrutural a que as nações periféricas, assim denominadas pelo economista Raul Prebisch, estavam submetidas (SANTIAGO, 2017).

Essa indisposição se deu desde os primórdios da formação da CEPAL, na década de 1950, e perdurou ao longo dos tratados que viriam a conformar a ALALC e depois a ALADI. Certamente que o país estadunidense conseguiu se utilizar de mecanismos a fim de frear possíveis avanços que viessem de encontro a seus ideais, dessa forma, a instauração de ditaduras militares no período foi importante freio às tentativas de integração e, de acordo com Souza, 2012, *"A ação dos EUA não conseguiu bloquear o processo de integração latino-americano, mas moldou segundo os interesses de suas corporações, ao provocar a ênfase nas relações de comércio e no regionalismo aberto"* (apud NADDI, 2016. p.68). Nesse caso, as

organizações mais afeitas aos interesses americanos seriam o Mercosul e a Comunidade Andina.

De um lado, existe a influência ideológica da democracia e econômica ao estar de acordo com os Estados Unidos. Segundo Lowenthal (1989), essa necessidade de cooperar com Washington decorre de possíveis favorecimentos - ou reduções de desvantagens, ao ter o país como aliado:

Muitos líderes da América Latina hoje aceitam os pontos de vista norte-americanos dominantes sobre questões econômicas fundamentais. Eles reconhecem que os mecanismos de mercado comumente canalizam recursos de maneira mais eficiente do que as decisões políticas, entendem que as empresas públicas precisam ser saneadas e querem continuar nas boas graças da comunidade financeira internacional (LOWENTHAL, 1989. p.47).

E essa perspectiva se estende para as bases do regionalismo:

Os líderes políticos mais proeminentes da América Latina durante os anos 80, pelo menos até muito recentemente, propuseram programas de reforma desenvolvimentistas, sem fazer apelos baseados em divisões de classes. Esta tendência latino-americana na época, sem dúvida, foi reforçada pelas políticas norte-americanas, assim como pela estrutura de economia internacional, mas a experiência anterior de cada país é que responde essencialmente pela tendência para a moderação nos anos 80 (LOWENTHAL, 1989. p.53).

Ademais, as assimetrias internas podem ser intensificadas por um parceiro externo relevante como a China, afetando o comércio intrarregional, principalmente de produtos manufaturados, em face de vantagens competitivas do país asiático (CASTILHO, 2012). Ao longo dos anos, a China foi se tornando um protagonista no cenário econômico mundial. Na primeira década do século XXI, ela superou a Alemanha em número de exportações mundiais com uma significativa redução na quantidade de produtos primários e se torna cada vez maior o número das exportações de produtos com alta tecnologia agregada. Dessa maneira, ela passa também a demandar maior quantidade de importação de produtos primários, e a América Latina tem se tornado um de seus maiores fornecedores de matéria prima desde 1990.

Segundo Carcanholo (2013), o aprofundamento dessa estrutura - somado a projetos de facilitação e intensificação por investimentos logísticos e de infraestrutura, como o projeto da Nova Rota da Seda chinês - reforçam uma condição de subimperialismo, denominação posta pelos formuladores da teoria marxista da dependência:

O subimperialismo tenderia a refletir, em menor escala, o mecanismo de trocas desiguais que caracteriza a relação entre o capitalismo central e o capitalismo dependente, só que agora dentro de uma diferenciação interna deste último. Da mesma forma, esta reconfiguração do comércio externo entre a economia subimperialista e as outras economias dependentes está também ligada a um processo de exportação de capitais da primeira, de modo que o mecanismo de expansão do capital produtivo e/ou financeiro, que caracterizou a fase clássica do imperialismo das economias centrais, é, de alguma forma, e em menor escala, replicada pelas economias subimperialistas em comparação com as outras.⁴ (CARCANHOLO, 2013.p.48)

A partir dessa visão, países que buscam sair da condição da periferia e se desenvolver só o fazem se reproduzirem formas de exploração para com economias menores. Em alguma medida, é o que a China passa a fazer com a América Latina e, em menor escala, dentro da América Latina, é o que os países de maior economia (Brasil, Argentina, México) acabam por reproduzir para com as economias menores do continente.

4.2 AS QUESTÕES INTERNAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A FALTA DE SUCESSO NA INTEGRAÇÃO

Internamente, múltiplos fatores contribuíram para a derrocada dos projetos de integração. O objetivo da integração ocupava uma posição de prioridade diferente para cada país, mas com as sucessivas crises econômicas nos anos 1980 e liberalizações econômicas dos anos 1990, integrar a região não era um objetivo político e econômico destacado pelos dirigentes políticos da época, salvo uma proeminência maior para o Mercosul e a Comunidade Andina, grupos "menores" e com objetivos de atingimento quicá mais possíveis de se concretizarem. Dessa maneira, não houve uma coordenação de objetivos comuns no Tratado de Montevideo II (de 1980) que traduzissem em políticas específicas para a integração, ficando preso uma iniciativa mais simbólica que propositiva (WIONCZEK, 1984).

É possível apontar, ainda, que um projeto como o de integração, da forma que foi pensada, com projetos de reestruturação econômica e cooperação entre países em atividades tão

⁴ (...) el subimperialismo tendería a reflejar, en menor escala, el mecanismo de intercambio desigual que caracteriza la relación entre capitalismo central y capitalismo dependiente, sólo que ahora dentro de una diferenciación interna al último. De la misma forma, esa reconfiguración del comercio exterior entre la economía subimperialista y las otras economías dependientes está interligada también a un proceso de exportación de capitales a partir de la primera, de forma que el mecanismo de expansión de capital produtivo y/o financiero, que caracterizó la fase clásica de imperialismo de las economías centrales, es, de alguna forma, y en menor escala, replicado por las economías subimperialistas frente a las otras

complexas como um processo de industrialização, exige uma forte articulação entre governos, com centralização e priorização dessas atividades, o que não houve (ESTEVES, 2008)

Na visão de Wionczek (1984) os acordos esboçados no referido tratado eram demasiadamente amplos e até mesmo vagos, versando sobre cooperação econômica, cooperação no setor agropecuário sem, no entanto, averiguar de que forma esses temas poderiam ser aplicados na realidade do continente. Ainda nessa toada, faltaram acordos de complementação econômica, principalmente de teor industrial, que já existiam desde a ALALC e não foram incorporados pela ALADI. Ao tentar envolver medidas mais "possíveis" em relação ao seu antecessor, a ALADI acabou por falhar ao se prender a medidas mais genéricas e pouco estratégicas.

Entre outros pontos faltantes, segundo o autor, houve atuação insuficiente no sentido de promover e fortalecer acordos financeiros exportações regionais de bens de capital; para modernização da agricultura de subsistência e novas terras de cultivo; para construção de obras de infraestrutura e parques industriais de uso compartilhado, o que intensificaria a interdependência e uma cadeia produtiva regional (inspirada nos moldes asiáticos de integração); além disso, não houve formalização de acordos de cooperação tecnológica, nem medidas mais palpáveis que buscassem diminuir os efeitos dos desequilíbrios comerciais intrarregionais, seja do contexto particular, seja da conjuntura (WIONCZEK, 1984).

A partir dos anos 1990, as atividades de negociação comercial dentro da região retomaram fôlego. Os processos de liberalização dos governos da região reforçaram acordos bilaterais dentro do escopo da ALADI, o que se convencionou chamar de “terceira geração” dos acordos. Soma-se a isso o movimento dos países em prol de integrações sub-regionais mais profundas, que se estruturaria na Comunidade Andina de Nações (CAN), a qual já fundava seus princípios na década anterior, e no Mercosul, que viria a desenvolver-se em 1991 (VEIGA, 2007).

O cenário que se forma a partir dessa década se distingue dos anos anteriores uma vez que tenta articular políticas comerciais liberalizantes em um contexto que até então apoiava-se em uma industrialização protecionista, por substituição de importações. Essa nova agenda demonstrava pretensões ambiciosas na eliminação de tarifas para o comércio de bens e também levou em consideração temas até então pouco abordados na agenda regional, como o comércio de serviços e investimentos (VEIGA, 2007).

No entanto, os avanços mais notáveis em matéria de acordos comerciais dentro da América do Sul vieram do âmbito sub-regional, dentro do Mercosul e da CAN. Segundo Veiga, em estudo coordenado envolvendo prospecções da ALADI, do Mercosul e da CAN, o sucesso

desses dois últimos se deve em parte à menor dificuldade das instituições sub-regionais em chegar a consensos sobre produtos de maior relevância comercial para os integrantes do bloco. Como exemplo, embora o Mercosul ainda não tenha chegado a uma tarifa externa comum para todos os produtos do bloco, sendo as principais exceções o setor automotivo e o açúcar, ainda assim, ele detém cobertura de 93% dos produtos, considerando a exportação de produtos brasileiros. Isso não ocorre ao se tratar da ALADI, cujo escopo apresenta exceções para produtos de grande importância e valor aos países da região, tais quais produtos têxteis, cereais, bem como o açúcar, produtos de confecção, produtos do setor químico, petroquímico e automotivo (VEIGA, 2007).

Além disso, o autor aponta outro aspecto que leva a uma visualização pouco promissora da integração regional pós 1990, que é a falta de regras e normas comerciais dos acordos preferenciais da região. Segundo ele, algumas regras, como as de origem, variam de acordo para acordo, enquanto outros temas que impactam em especial o comércio de bens - como regulamentações sanitárias - são negociados com base nos critérios da OMC. Decorre disso que muitas dessas medidas se tornam barreiras não-tarifárias, o que inviabiliza as preferências tarifárias para esses produtos. Dessa maneira, segundo o autor, a maior parte dos acordos se restringe a negociações sub-regionais e, especialmente, negociações bilaterais. A proposta de uma integração que envolva os membros da ALADI encontra cada vez mais entraves, fazendo parte de um sonhado revisionismo dos anos 1990 que não conseguiu avançar para os anos seguintes (VEIGA, 2007).

Na virada do milênio, o imaginário dos acordos de 1990 já demonstraram sinais de enfraquecimento. Os anos 2000 foram palco de sucessivas crises cambiais e financeiras que levaram a um contexto de aprofundamento de instabilidades econômicas para os países da América do Sul. Essa realidade teve por consequência o retorno a medidas mais protecionistas na tentativa de reequilibrar balanços de pagamentos e taxas de crescimento que despencavam. Esse momento resultou em uma nova perspectiva de regionalismo, diferente até então do que se viu nos anos 1960 com a ALALC e também no revisionismo dos anos 1990. Consoante Bastos (2012), buscou-se então estabelecer um regionalismo que primava por outras dimensões que não a comercial, ampliando a agenda de atuação, como no financiamento da infraestrutura, que viria a ser possibilitada e promovida por instituições tais quais a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Porém, segundo esse mesmo autor:

Paradoxalmente, a valorização do papel de coordenação dos Estados, e a cooperação para reduzir os desníveis de infraestrutura entre os países sul-americanos, não parecem ter sido acompanhados por uma reversão semelhante da prática política coletiva (para além de diversas declarações de boas intenções) no plano de assimetrias produtivas e dos desequilíbrios comerciais (BASTOS, 2012, p.3).

Assim, de acordo com Bastos (2012), os movimentos em prol da mitigação de assimetrias produtivas e comerciais continuaram limitados. Além disso, esses desequilíbrios não seriam passíveis de resolução simples, ainda que com consenso político dos dirigentes dos países da América do Sul sobre a solução. A falta de proporcionalidade era estrutural, envolvendo escala, produtividade e diversificação de setores econômicos entre os parceiros regionais. A expansão econômica da região a partir de 2003 vinculou-se ao crescimento da economia mundial que seria interrompido com a crise financeira de 2008, o que dificultaria a diversificação produtiva sul-americana. Essa dificuldade se tornaria ainda mais notável para as economias menores da região.

Tabela 2: Taxa de crescimento das exportações latino-americanas por destino, 1990-2008 (em % a.a.)

Destino das exportações	1990-2009 % a.a.	1990-2000 % a.a.	2000-2008 % a.a.
Am. Latina	14,0	19,0	14,3
ALADI	14,7	20,0	14,9
Argentina	16,1	23,8	13,6
Brasil	15,7	24,0	12,2
Chile	14,4	20,3	15,5
Uruguai	12,9	18,1	11,0
China	26,8	22,8	34,0
México	12,5	18,1	12,7
Estados Unidos	10,2	17,9	7,0
EU-25	7,5	6,9	14,4
Demais Parceiros	12,2	8,5	19,5
Mundo	11,2	14,4	12,0

Fonte: Comtrade; Elaboração: Bastos (2012).

Analisando os dados disponibilizados pela Comtrade presentes na pesquisa de Bastos (2012), percebe-se, principalmente no recorte de 2000 a 2008, o crescimento da presença chinesa como destino das exportações latino-americanas, e foi o único destino que continuou crescendo em 2009. Essa tendência, no entanto, ocorre especialmente com produtos básicos,

em detrimento dos manufaturados e são resultado mais das demandas do comércio global que de uma ação coordenada regional para esse fim.

4.3 UMA TEORIA E UM DIAGNÓSTICO

Uma das visões críticas mais contumazes quanto ao resultado da integração, usada para explicar o porquê dos resultados pífios no objetivo de desenvolvimento econômico da região é abordado pela Teoria Marxista da Dependência (TMD). Nessa perspectiva, o "erro" está desde o preâmbulo, na construção cepalina, a qual foi elaborada e restaurada 20 anos depois sob moldes liberais que levaram a uma reprodução do modelo centro-periferia dentro do próprio contexto da América Latina, ao invés de emancipá-la dessa dinâmica pelos incentivos da industrialização.

A teoria cepalina buscou dividir o mundo entre Estados centrais e periféricos e concentrar o seu foco na deterioração dos termos de troca como problema e no progresso técnico como solução, conforme o relatório desenvolvido em *"La cooperación internacional en la política de desarrollo latino-americana"* (PREBISCH, 1973). O desenvolvimento pela industrialização, no entanto, ficou praticamente estagnado e não serviu para solucionar a desigualdade e a dependência, apesar das reformulações e atualizações teóricas. Isso se deu, de acordo com a sua crítica, principalmente, pela falta de continuidade de políticas de longo prazo pelos governos latino-americanos e por uma falta de análise interna das estruturas das nações da região, as quais, segundo Theotônio dos Santos (2011), embora tivessem se desvinculado, em certa medida, dos países centrais - primeiro Reino Unido, depois Estados Unidos - ainda não eram estruturalmente independentes e, de forma mais determinante, só há países economicamente dominantes porque existem as economias menores, da qual dependem, e, pela razão de que um reproduz o outro continuamente, a mudança nessa estrutura não se dará por meras medidas econômicas que visam a industrialização, dominada por capital estrangeiro e à serviço de multinacionais, uma vez que elas não rompem com o paradigma posto desde as primeiras relações comerciais entre nações (SANTOS, 2011).

A partir desse pensamento, põe-se em xeque a visão desenvolvimentista que estruturou o pensamento cepalino, a qual enxerga um progresso linear em que a próxima etapa rumo ao desenvolvimento se daria pela maior produção de exportação de bens manufaturados e industrializados, através das estratégias de industrialização pela substituição de importações e pela integração dos países da região. E assim, ao entender que não será apenas pela via econômica que se atingirá o desenvolvimento e a superação da dependência, os teóricos críticos

à visão cepalina procuram no campo social e político o entendimento dessa realidade. Isso se deu também por entender que a lógica da dependência não se dava apenas em virtude do contexto externo, mas sim, foi expresso e reproduzido internamente de modo contínuo:

Em suma, o “processo de substituição das importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições de comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (TAVARES, 2000, p.225).

Soma-se a essa visão a ideia de Ruy Mauro Marini (1973), que também apontava a impossibilidade de se reproduzir a lógica dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos. Ainda, de acordo com Amaral (2012, p.29) “o ponto chave é que estas condições de desenvolvimento e as respectivas disparidades entre as nações apenas eram captadas no âmbito quantitativo (...) sem maior aprofundamento nos aspectos que fundamentam estas desigualdades”.

Ou seja, não se chegaria ao mesmo lugar (desenvolvimento dos países centrais) porque eles partem de contextos opostos, que são ao mesmo tempo codependentes - os países desenvolvidos dependem da exploração dos subdesenvolvidos para que se mantenha dominante, e as nações subdesenvolvidas dependem das centrais para exportar seus produtos manufaturados e comprar bens de consumo e demais produtos de maior valor agregado para abastecer-se, seguindo uma lógica cíclica em que no entanto, só uma dessas partes recebe os ganhos da produção: os países centrais, ou desenvolvidos. Como demonstrado na Tabela 3, que apresenta o caráter dos países latino-americanos em exportar bens primários e manufaturados intensivos em recursos naturais. Para o autor, a América Latina não é apenas produto e consequência das relações capitalistas entre centro e periferia, ela também é a causa do desenvolvimento e enriquecimento dos países centrais pela da acumulação de mais-valia (Marini, 1973).

Tabela 3: Evolução da composição das exportações e importações da Aladi segundo os estágios de produção – 1995-2009 (em % do total)

Exportações					
	1995	2000	2005	2008	2009
Bens primários	21,5	20,8	26,2	32,1	24,1
Bens intermediários semiacabados	33,4	25,1	26,8	26,6	29,6
Bens intermediários de partes e componentes	10,1	12,5	10,8	8,0	8,4
Bens finais – bens de capital	9,1	15,7	13,8	11,6	13,0
Bens finais – bens de consumo	25,9	25,9	22,4	21,6	24,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Importações					
	1995	2000	2005	2008	2009
Bens primários	7,5	6,4	8,6	10,7	8,4
Bens intermediários semiacabados	34,4	31,8	31,3	32,3	31,5
Bens intermediários de partes e componentes	17,7	24,6	22,9	18,9	20,4
Bens finais – bens de capital	20,4	20,0	20,1	21,2	21,5
Bens finais – bens de consumo	20,1	17,3	17,1	16,9	18,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Comtrade; Elaboração: Bastos (2012).

Destacam-se, aqui, os conceitos de "superexploração do trabalho" e "subimperialismo"⁵, destrinchados a seguir, que embasam alguns dos motivos para que essas organizações fundadas pelo viés do nacional-desenvolvimentismo não lograssem êxito. Nesse contexto, o primeiro conceito, definido pelo próprio autor:

As classes dominantes locais tratam de ressarcir-se dessa perda aumentando o valor absoluto do mais-valor criado pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, ou seja, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, assim, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo o que implica em termos de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial (Marini, 1967, p. 91, apud FRANKLIN, 2019)

A intensificação da degradação das relações de trabalho e, principalmente na América Latina, reflete a estrutura cíclica de dominação, enriquecimento, acúmulo de mais valia e agravamento das desigualdades entre países centrais e periféricos. Quando um país periférico busca se desenvolver e, em alguma medida, consegue estabelecer uma produção industrial, esse

⁵ Entende-se por “subimperialismo” a dinâmica comercial entre países que perpetua os padrões de dominância histórica entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, especialmente em relação ao balanço dos países subdesenvolvidos nas importações de bens industrializados e exportações de bens primários. Esta dinâmica reforça o exposto pela CEPAL, a deterioração dos termos de troca.

país não rompe com essa estrutura nem galgará uma posição mais "igualitária" em relação aos países ricos (LUCE, 2011).

Essa condição leva ao segundo conceito, o "subimperialismo", definido em dois tópicos por Marini (1974) que diz, em primeiro lugar, ser resultado da nova divisão internacional do trabalho e de uma reestruturação da economia capitalista, constituindo, assim, um novo momento para as relações capitalistas, principalmente no que se refere às relações para com os países periféricos, notadamente na América Latina. Em segundo lugar, o subimperialismo vincula-se ao próprio mecanismo de funcionamento da economia dependente, a qual estão submetidos os países subdesenvolvidos, em que se insere uma monopolização extrema em prol da indústria, da integração do capital estrangeiro ao capital nacional e da integração dos sistemas de produção que se tornam cada vez mais dependentes do capital de países centrais. Ou seja, aquilo que compunha o paroxismo da perspectiva cepalina para superação da dependência, na visão da TMD, foi o que fortaleceu ainda mais as desigualdades socioeconômicas dentro da América Latina, principalmente quando se visualiza a realidade dos países menos desenvolvidos do continente, como mostrado na pesquisa apresentada do IPEA (CASTILHO, 2012) do tópico 3 deste trabalho.

Ademais, ainda em relação ao conceito de "subimperialismo", Marini (1992) acrescenta que, posto o seu contexto de elaboração, que é a internacionalização do sistema de acumulação, o aumento da composição média de capital gerado somado à difusão da indústria manufatureira permitiu a formação de "subcentros" econômicos, como Brasil, Argentina e México, os quais, ainda que subordinados às economias centrais, conformam uma nova estrutura de "subdominante" de exploração. Assim, segundo Luce (2011), os países "medianos" na hierarquia do desenvolvimento vivem um contexto de contradição, que ao mesmo tempo que busca exercer dominação regional, ainda depende do capital central para que alimente a sua indústria. Por isso, a busca por desenvolvimento regional ambicionada pela ALALC e depois ALADI, ao não levar em consideração aspectos fundacionais da ainda precária estrutura socioeconômica latina, pouco vigorou no objetivo de desconstruir a lógica dependente, e, para a TMD pouco será resolvido por medidas puramente economicistas.

Além disso, de acordo com outro autor que analisa essa temática, Carcanholo (2013) aponta que, também de forma contrária às expectativas cepalinas, a qual era de diminuição da condição de exportação de primários e aumento da exportação de bens intermediários e bens finais, industrializados, principalmente no fim dos anos 1990 e anos 2000 em diante. Houve uma intensificação da condição de exportador de commodities, em consequência da reestruturação produtiva provocada pela ampliação do grau de abertura comercial das

economias. Esse processo é consequência, como defende o autor, de uma integração regional ainda desestruturada e pobre em soluções para o desenvolvimento da região, uma vez que ela continua dependente da venda de produtos primários e compra de bens tecnológicos para manter-se operante. Isto é, a estrutura da dependência, como se percebe novamente, não se alterou.

Dessa maneira, com as tentativas de mudança de abordagem para com o modelo teórico de integração, como o qual a CEPAL passou na reforma estrutural dos anos 1990, após uma onda de ações neoliberais na América Latina, o desenvolvimento se mostrou ainda menos operante. Essas ações agravam a desigualdade já comum ao continente e deixaram às claras um fato: nem o nacional-desenvolvimentismo aplicado puramente nem o liberalismo serviriam para estancar as fragilidades da região e promover o desenvolvimento de fato (CARCANHOLO, 2008). As organizações pela integração com que CEPAL contribuiu, em ideologia e direcionamento, mostram-se insuficientes e meras sobreviventes de tentativas pela integração e desenvolvimento comum (OSORIO, 2004).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, a partir do diagnóstico apresentado sobre a integração latino-americana, suas assincronias internas e os entraves externos, entende-se, à luz da Teoria Marxista da Dependência, que desde os primórdios da fundação do pensamento cepalino já poderia se antecipar alguns resultados devido aos ciclos políticos na América Latina. Por conformar uma mesma estrutura e não se desvincular da dependência, acaba-se por repetir os mesmos padrões internamente, sem, ainda, conseguir desvincular da ordem global a que se subordina.

Por um lado, o movimento integracionista culmina em melhorias para o mercado regional que hoje são praticadas nas organizações derivadas desse processo, formuladas até mesmo com o próprio entorpecimento das iniciativas ALALC/ALADI, que é o caso do Mercosul, da Comunidade Andina e dos BRICS no contexto a partir dos anos 2010.

Por outro, resultou em medidas que fracassaram em seu objetivo principal pelo desenvolvimento da região, sem grande conseguir promover maior interdependência entre os países, havendo também pouca participação nas cadeias globais de valor em comparação a outros movimentos integracionistas como a ASEAN. Não houve beneficiamento por efeitos

multiplicadores e as preferências comerciais impediram a evolução da participação dos países de menor industrialização.

Por último, não foi objetivo deste trabalho esgotar as possíveis causas do insucesso dessas organizações, mas sim, buscar entender, à luz de uma visão crítica já estabelecida na literatura dos estudos de dependência, alguns dos motivos para a realidade socioeconômica latino-americana em relação a essas duas organizações que o subcontinente ensejou criar.

Dito isso, e respondendo finalmente à hipótese lançada, entende-se que, sim, a América Latina vive momentos cíclicos de unir-se e desunir-se, porém, essa relação não depende só dos dirigentes no poder e suas possíveis convergências/ divergências de ideias no tratamento das relações intrarregionais e econômicas, mas advém da estrutura, a qual se insere em um sistema cujos países centrais dependem dos periféricos, e os periféricos dos centrais e, embora iniciativas como as idealizadas no pensamento cepalino por meio da ALALC/ALADI busquem romper com esse paradigma, ele acabou por agudizar a realidade dependente devido à falta de coesão dos países na iniciativa e, por não atacar as causas - a conjunção de fatores sistêmicos da nova distribuição internacional do trabalho que levam a superexploração do trabalho e o subimperialismo - e por tratar a realidade passível de solução por meras medidas econômicas de industrialização, como se desenvolveram os países centrais. Essa "receita", no entanto, não terá o mesmo resultado, uma vez que parte de estágios iniciais que são praticamente antagônicos e, embora não seja este o único legado dessas organizações, elas deixaram escancarada essa realidade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Marisa Silva. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.12.2012.tde-09102012-174024.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Economia Política da Integração da América do Sul no Mundo Pós-Crise. Observatório da economia global. Textos avulsos, n.10 - Unicamp: Abril, 2012.
- CARDOSO, F. H. As Idéias e seu Lugar: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CARDOSO, Eliana A. FISHLOW, Albert. Desenvolvimento Econômico na América Latina: 1950-80. R. Bras. Econom. 44(3):311-35. Rio de Janeiro, jul./set.1990.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; SALUDJIAN, Alexis. Integración latino-americana, dependencia a China y subimperialismo brasileño en América Latina. Mundo Siglo XXI, v. 8, n. 29, p. 43-62, 2013.
- CARCANHOLO, M. Neoconservadorismo com Roupagem Alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, ano 26, n. 49, p.133-161, 2008.
- CARCANHOLO, Marcelo. Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no Desenvolvimento Periférico. In: Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização (8 a 13 de Outubro de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2005.
- CASTILHO, Marta. Comércio Internacional e Integração Produtiva: uma análise dos fluxos comerciais dos países da ALADI. Texto para Discussão, No.1705. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2012.
- DATHEIN, Ricardo. A Integração Latino-Americana sob a perspectiva do Desenvolvimento Econômico. UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2015/02/TD17_2005_dathein.pdf>
- ESPÓSITO, Katiuscia Moreno. O NAFTA (North American Free Trade Agreement) e algumas consequências socioeconômicas para o México: o caso das maquiladoras / The NAFTA (North American Free Trade Agreement) and some social-economic consequences for Mexico: the maquiladoras case. Mural Internacional, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 48–55, 2013. DOI: 10.12957/rmi.2013.6757. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/6757>.
- ESTEVES, Thiago. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao Consenso de Washington. Revista IDEAS, v. 2, n. 2, p. 172-202, jul.-dez. 2008.

Franklin, R. S. P.. O que é superexploração?. *Economia E Sociedade*, 2019, 28(3), 689–715.

FURTADO, Celso. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 14^a ed. São Paulo, Nacional, 1976.

LOWENTHAL, Abraham F.. Os Estados Unidos e a América Latina: além da era Reagan. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. 1989, n. 18, pp. 41-61. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000300004>>.

LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente a questão do padrão de reprodução do capital*. 2011. 225 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

MACEDO, Marcus; FILIPPI, Eduardo. *A CEPAL e os primeiros blocos de integração regional no cenário latino-americano: ALALC E ALADI*. Fórum Internacional Ecoinnovar, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. 1973. Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia — MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973).

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta, 1992.

NADDI, Beatriz Walid. *Teoria Marxista da Dependência e Integração Regional: uma conversa necessária*. Encontro Internacional da ANPHLAC. Ufop. Ouro Preto, 2016.

OSORIO, J. *Crítica de la economía vulgar*. Capítulo 5. Universidad Autonoma de Zacatecas, 2004.

PREBISCH, Raúl. *Transformação e Desenvolvimento: A Grande Tarefa da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1973.

PREBISCH, Raúl. *Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico*. | Raúl Prebisch y los desafíos del Siglo XXI. CEPAL, 1986.

SANTIAGO, Eduardo. *Na linha do tempo: A CEPAL, a Integração Latino-Americana e a Reação Permanente dos Estados Unidos, segundo Celso Furtado*. XXXI Congreso Alas Uruguay, 2017.

SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y Dependência*. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. N° 5.

TAVARES, M. da C.; GOMES, G. *La CEPAL y la integración Económica de América Latina*. Revista de la CEPAL, Número Extraordinário. Santiago de Chile, 199

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. Em: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Vol.1. Rio de Janeiro. Editora Record, 2000.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra P. O Regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. Division de Comercio Internacional e Integración. CEPAL. Santiago de Chile, 2007.

VILLAREAL, J.F. et al. Una revisión a la integración latino-americana: de la ALALC a la ALADI. Apuntes del Cenes, 42, pp.227-256, 2023.

WIONCZEK, Miguel. Las desventajas de la ALADI, 1980-1983. studios Internacionales, Año 17, No. 68 (Octubre-Diciembre), pp. 441-458, 1984.

ZHANG, Liping. SCHIMANSKI, Silvana. Cadeias Globais de Valor e os países em desenvolvimento. IPEA. Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI). n.18, SET/DEZ, 2014.